

## CONGRESSO

# Governo veta nova gratificação no Senado

**SUELY CALDAS**

**B**RASÍLIA — Discretamente, a mesa diretora do Senado tentou criar na semana passada mais uma gratificação para os funcionários de nível médio, mas recuou diante de pressões do governo. O adicional representaria

gastos adicionais de R\$ 65,5 milhões na folha de pagamento da União e o Executivo desestimulou os senadores a prosseguirem.

De acordo com o Orçamento-Geral da União, o Senado custa anualmente R\$ 548,5 milhões para o País. Ou seja, todos os meses o contribuinte brasileiro paga R\$

564,3 mil para cada senador custear a infraestrutura do gabinete, funcionários, serviços, passagens aéreas, carro, combustível etc. Os deputados custam menos — R\$ 110,8 mil por mês, cada um.

Neste ano o Executivo já enviou uma suplementação de verba de R\$ 36,5 milhões para o Senado cobrir

gastos com o projeto de lei 32/95 (o aumento salarial conhecido como "jumbão"). Há dias a mesa diretora tentou nova estocada: pediu mais R\$ 179,7 milhões para cobrir despesas até o fim do ano.

A Secretaria de Orçamento estranhou a quantia, porque seus cálculos apontavam para uma neces-

sidade menor, de R\$ 114,2 milhões. Mas na semana passada tudo se esclareceu: a diferença de R\$ 65,5 milhões correspondia à nova gratificação dos funcionários de nível médio. O pedido foi rejeitado.

Os funcionários do Senado são os mais bem pagos dos três Poderes da República. Desta vez, os se-

nadores ouviram do Executivo o argumento de que seria totalmente descabido o privilégio de um novo aumento salarial para o Senado, no momento em que o governo federal busca desesperadamente recursos para ajudar os governadores a pagar o décimo terceiro salário do funcionalismo.